

**TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 250**

**COMO EU ME VEJO E COMO ELA ME VÊ:  
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A CONSISTÊNCIA  
DAS DECLARAÇÕES DE RAÇA/COR ENTRE AS  
MULHERES DE 15 A 59 ANOS NO RECIFE, 2002**

**Paula Miranda-Ribeiro  
André Junqueira Caetano**

**Fevereiro de 2005**

Ficha Catalográfica

316.483(813.7) Miranda-Ribeiro, Paula.  
M672c Como eu me vejo e como ela me vê: um estudo  
2005 exploratório sobre a consistência das declarações de  
raça/cor entre as mulheres de 15 a 59 anos no Recife,  
2002. / por Paula Miranda-Ribeiro; André Junqueira  
Caetano - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.

18p. (Texto para discussão ; 250)

1. Questão racial – Recife - 2002. 2. Raça –  
Classificação – Recife – 2002. I. Caetano,  
André Junqueira. II. Universidade Federal de  
Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e  
Planejamento Regional. III. Título. IV. Série.

CDU

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

**COMO EU ME VEJO E COMO ELA ME VÊ:  
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A CONSISTÊNCIA DAS  
DECLARAÇÕES DE RAÇA/COR ENTRE AS  
MULHERES DE 15 A 59 ANOS NO RECIFE, 2002\***

**Paula Miranda-Ribeiro**

Professora do Departamento de Demografia e do Cedeplar/UFMG.  
Contato: paula@cedeplar.ufmg.br.

**André Junqueira Caetano**

Pesquisador do Cedeplar/UFMG.  
Contato: caetano@cedeplar.ufmg.br.

**CEDEPLAR/FACE/UFMG  
BELO HORIZONTE  
2005**

---

\* Nosso agradecimento à Fundação Ford, Brasil – Human Development & Reproductive Health Office, ao Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA-Brasil), ao SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia e ao CNPq (processo número 501220/2003-8). Agradecemos, também, os comentários e sugestões de Eduardo L.G. Rios-Neto. Trabalho preparado para apresentação no I Seminário de Estudos Populacionais do Nordeste, Natal, RN, 8 e 9 de outubro de 2004.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	6
2. OS CAMINHOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS .....	7
3. OS DADOS E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS .....	9
4. INVESTIGANDO AS CONSISTÊNCIAS E INCONSISTÊNCIAS DAS DECLARAÇÕES DE RAÇA/COR: UMA ANÁLISE DESCRITIVA.....	10
4.1. As mulheres consistentemente brancas .....	11
4.2. As mulheres consistentemente negras .....	12
4.3. As mulheres que “se escurecem” .....	12
4.4. As mulheres que “se embranquecem” .....	13
5. INVESTIGANDO AS CONSISTÊNCIAS E INCONSISTÊNCIAS DAS DECLARAÇÕES DE RAÇA/COR: UMA PRIMEIRA ANÁLISE MULTIVARIADA .....	13
5.1. Modelo 1 .....	16
5.2. Modelo 2 .....	16
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	17
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	18

## RESUMO

O objetivo do trabalho é fazer uma análise exploratória da consistência das declarações de raça/cor entre as mulheres de 15 a 59 anos em Recife. Os dados são oriundos do Programa SRSR – Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Raça, cuja pesquisa foi a campo em Belo Horizonte e Recife, no ano de 2002. São comparadas duas formas de classificação das 1.106 entrevistadas em Recife: a auto-declaração e a classificação feita pela entrevistadora no momento da entrevista. Ambas têm como opções de resposta as cinco categorias utilizadas pelo IBGE, quais sejam: branca, preta, parda, amarela e indígena, nessa ordem. Apenas as três primeiras são utilizadas aqui. Os resultados sugerem que as mulheres que “se escurecem” têm escolaridade alta, ao passo que as que “se embranquecem” são de escolaridade mais baixa. A análise multivariada compara dois grupos de mulheres: aquelas com classificação consistente e as com classificação inconsistente. Cabe destacar que, controlando por idade e escolaridade, a chance de consistência na declaração é maior entre as brancas, se comparadas às pretas e pardas. No entanto, a utilização da categoria negra em substituição a preta e parda indica que a chance de consistência é maior entre as negras.

Palavras-chave: classificação racial/por cor, Recife, SRSR

JEL: J15

## ABSTRACT

The objective of this paper is to explore the consistency of racial/skin color declaration of females 15 to 59 years-old in Recife, Brazil. Data come from SRSR – Reproductive Health, Sexuality, and Race. Fieldwork took place in 2002 in Belo Horizonte and Recife and there are 1.106 complete interviews in Recife. The paper compares two forms of race/skin color declaration: self-classification and classification by the interviewer. The answer is pre-coded and the options are white, black, brown, yellow, and indigenous (Brazilian-native). The analysis takes into account whites, browns, and blacks. Results suggest that females who classify themselves as darker than the classification of interviewer have more years of schooling, whereas those who declare to be lighter than the opinion of the interviewer have less years of schooling. Multivariate analysis compares females with consistent versus inconsistent racial/skin color classification. Controlling for age and education, whites have more chance to have consistent declaration if compared to blacks and browns. However, females put into the category *negra* (blacks + browns) show more consistency than whites.

Key words: racial/skin color classification, Brazil, SRSR

JEL: J15

## 1. INTRODUÇÃO

Apesar da crescente preocupação dos pesquisadores com as desigualdades raciais e do aumento do número de estudos que levam em conta os diferenciais entre brancos e negros no Brasil, a classificação racial/por cor permanece como um tema pouco estudado. Uma das razões para a carência de estudos sobre classificação racial/por cor é a falta de dados que permitam comparar diferentes formas de declaração da cor ou raça.

A maioria dos pesquisadores que se aventura a investigar as enormes desigualdades raciais no país utiliza os dados do IBGE, cujas pesquisas<sup>1</sup> trazem um único quesito sobre cor ou raça, com respostas pré-codificadas em cinco categorias, segundo o critério da auto-classificação<sup>2</sup>. Isso quer dizer que um indivíduo deverá ser classificado como branco, preto ou pardo se ele assim se declarar, independentemente da opinião do entrevistador a respeito da raça/cor desse indivíduo. Por trás da auto-classificação, está a questão da identidade, seja ela oriunda da aparência (fenótipo), seja por causa da ancestralidade ou da origem, seja por razões culturais.

O critério da identidade perde o significado quando a preocupação deixa de ser a própria classificação racial/por cor e passa a ser a classificação do outro. Apesar de haver vozes dissonantes a respeito da importância da classificação feita por terceiros (alter-classificação), há momentos em que o critério de auto-classificação não parece ser o mais apropriado. Em um estudo sobre a desigualdade de renda entre brancos e negros no Brasil, Telles e Lim (1998) sugerem os brancos ganham 26% a mais que os pardos quando se utiliza o critério de alter-classificação, percentual que se reduz para 17% quando se utilizam dados oriundos da auto-classificação. Portanto, a auto-declaração subestima a desigualdade de renda entre brancos e negros. O mesmo raciocínio pode ser usado para estudos sobre discriminação racial. O tratamento diferenciado que um indivíduo venha a receber não terá nenhuma relação com a cor que ele pensa ter, mas sim com a cor que os outros acham que ele tem. Portanto, em algumas situações, o que importa é como o mundo vê o indivíduo em termos da sua raça/cor, e não como ele próprio se vê. Diferentemente da auto-classificação, onde identidade, ancestralidade e características culturais importam, a cor/raça percebida está relacionada à aparência física (cor da pele e outros atributos físicos), combinados com características tais como educação e renda, que se manifesta através de sinais exteriores de riqueza.

O objetivo desse trabalho é fazer uma análise bastante exploratória e preliminar da consistência das declarações de raça/cor entre as mulheres de 15 a 59 anos em Recife. Os dados são oriundos do Programa SRSR – Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Raça, cuja pesquisa foi a campo em Belo Horizonte e Recife, no ano de 2002, e entrevistou 2.408 mulheres de 15 a 59 anos, sendo 1.302 em Belo Horizonte e 1.106 no Recife. Serão comparadas duas formas de classificação das entrevistadas: a auto-declaração e a declaração feita pela entrevistadora no momento da entrevista. Ambas têm como opções de resposta as cinco categorias utilizadas pelo IBGE, quais sejam: branca, preta, parda, amarela e indígena, nessa ordem.

---

<sup>1</sup> As pesquisas do IBGE mais utilizadas para os estudos sobre relações raciais são os Censos Demográficos e as PNADs.

<sup>2</sup> As exceções são a PNAD/1976 e a PME/1998. Para maiores detalhes, vide Hasenbalg, Silva e Lima (1999) e Schwartzman (1999).

O trabalho está dividido em seis partes. Após essa breve introdução, apresentamos o contexto em que o trabalho se insere. Em seguida, está uma descrição um pouco mais detalhada do banco de dados SRSR e das perguntas utilizadas na análise. Os resultados são apresentados de duas formas. Em primeiro lugar, descrevemos quatro categorias distintas de mulheres de 15 a 59 anos no Recife: (1) as que são consistentemente brancas, ou seja, aquelas que se declararam brancas e que foram classificadas como brancas pelas entrevistadoras; (2) aquelas consistentemente negras, ou seja, declaradas pardas ou pretas tanto por si próprias quanto pelas entrevistadoras; (3) as que “se escurecem”, ou seja, se declaram pardas ou pretas, mas são percebidas pelas entrevistadoras enquanto brancas; e (4) as que “se embranquecem”, ou seja, se auto-classificam como brancas mas são classificadas pelas entrevistadoras como pardas ou pretas. Em segundo lugar, apresentamos resultados de análise multivariada, com base em regressões logísticas. Finalmente, oferecemos alguns comentários finais.

Os resultados descritivos apresentam as características dos quatro grupos estudados: as mulheres que, nas duas formas de classificação, são consistentemente brancas, as que são consistentemente negras, as que se auto-declaram pretas ou pardas mas que são classificadas pelas entrevistadoras como brancas – ou seja, “se escurecem” —, e as que se auto-declaram brancas mas são percebidas como pardas ou pretas – ou seja, se “embranquecem”. A diferença mais marcante é na educação. Com relação à análise multivariada, cabe destacar que, controlando por idade e escolaridade, a chance de consistência na declaração é menor entre as pretas e pardas, se comparadas às brancas. No entanto, a utilização da categoria negra em substituição a preta e parda indica que a chance de consistência é maior entre as negras.

## **2. OS CAMINHOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS**

Em primeiro lugar, gostaríamos de explicitar qual é o conceito de raça utilizado aqui. Seguindo a tradição dos grandes sociólogos brasileiros contemporâneos que pensam a questão no país, raça está concebida enquanto construção social, portanto despida de qualquer conotação biológica (Guimarães, 2003; Silva, 1999b). Os termos raça e cor são usados como sinônimos, na medida em que ambos fazem parte da formulação da pergunta utilizada pelo IBGE, que inspirou parte do bloco sobre raça/cor do questionário SRSR.

Em segundo lugar, talvez seja ousadia da nossa parte falar em caminhos teóricos. Na verdade, o que pretendemos é tão somente mostrar, de forma bastante resumida, de onde estamos partindo e por onde passamos, a fim de estabelecermos um diálogo para a discussão dos resultados acerca da declaração racial/de cor no Recife.

O debate sobre as questões raciais no Brasil nos remete, necessariamente, a Gilberto Freyre e à democracia racial. Apesar de todas as críticas feitas ao seu trabalho – algumas delas pertinentes, outras não –, é inegável que Freyre foi o responsável por trazer à tona a questão da miscigenação, a ponto do Brasil se tornar exemplo de convivência entre as raças a ser seguido pelos demais países. Usando a terminologia proposta por Telles (2003), a ênfase era nas relações horizontais, ou seja, entre indivíduos de mesma classe social. Nessa linha, a integração entre os grupos levaria a uma assimilação, de forma que os grupos dominantes e subordinados se tornariam semelhantes, decretando o fim das diferenças estruturais entre os grupos.

Na década de 50, Florestan Fernandes e seus colegas paulistas chegaram à conclusão de que a democracia racial não passava de um mito. A situação desfavorável em que se encontravam os negros naquela época, fruto da herança escravocrata ainda relativamente recente, tenderia a desaparecer com o passar do tempo, à medida em que os mesmos fossem sendo incorporados à sociedade capitalista. Nesse caso, de acordo com Telles, a ênfase era colocada nas relações verticais, que levam à desigualdade e à discriminação racial.

Na década de 70, os estudos sobre relações raciais no Brasil reaparecem e culminam com as teses de doutorado de Carlos Hasenblag e Néelson do Valle Silva. A década de 80 foi particularmente profícua nesse aspecto, tendo como marcador a comemoração do centenário da abolição da escravidão, em 1988. A partir de 1987, o quesito cor foi definitivamente incorporado ao questionário básico das PNADs, ampliando o leque de opções para os pesquisadores interessados em incluir o recorte racial em suas análises. Com isso, na década de 90, cresceu o volume de informações disponíveis sobre as desigualdades raciais, impulsionado também pela participação expressiva de pesquisadores do IPEA, sob a presidência de Roberto Martins, um estudioso das questões de raça e reconhecido como tal não só no Brasil, mas também no exterior.

A constatação das enormes desvantagens dos negros em relação aos brancos, bem como a sua devida divulgação pela mídia, deram impulso às discussões sobre ações afirmativas que visem reduzir parte das desigualdades entre brancos e negros neste país. Quem é negro no Brasil? Quem seria o alvo de tais políticas de ação afirmativa?

Nesse contexto, voltou à baila a discussão da classificação racial/por cor. Telles (2003) sugere que há três sistemas classificatórios distintos no Brasil: o oficial, do IBGE; o do discurso popular, que tem na categoria morena a sua peça de resistência<sup>3</sup>; e o do Movimento Negro, que utiliza as categorias branca e negra.

Ao estudar a classificação racial/por cor, comparando os Censos de 1950, 1980 e 1991, Carvalho, Wood e Andrade (no prelo) sugerem que há enorme instabilidade ao longo do tempo, na medida em que os indivíduos tendem a “migrar” de categorias mais escuras para categorias mais claras. Os autores mencionam a hipótese da mobilidade, segundo a qual um aumento nas condições de vida (renda/educação) levariam os indivíduos a se reclassificarem ao longo da vida, se movendo das categorias mais escuras para as mais claras no espectro de cor. Portanto, embranquecer seria um sinal de ascensão ou mobilidade.

Mais recentemente, com o aumento da consciência sobre as questões raciais e a valorização dos negros, suspeita-se estar acontecendo um movimento na direção contrária, sobretudo entre os indivíduos de escolaridade mais elevada. Ao invés de “migrarem” para as categorias mais claras, os mesmos passariam, cada vez mais, a se declarar como pretos. Nesse sentido, a declaração de raça/cor seria, antes de mais nada, um ato político.

O aumento na proporção de auto-declarados pretos entre os Censos de 1991 e 2000 pode ser um sinal de que a migração para as categorias mais escuras, ainda que tímida, já é uma realidade no Brasil. Petrucelli (2003) credita esse movimento ao que ele chama de revitalização identitária.

---

<sup>3</sup> Talvez o estudo mais interessante – e que já se tornou um clássico nessa área – seja o de Silva (1999a).



Por causa da “migração” entre os grupos de cor/raça, Carvalho, Wood e Andrade (no prelo) sugerem a utilização da categoria negra, ao invés de se trabalhar com as categorias preta e parda, separadamente. O que faremos aqui é usar as duas formas de classificação. Antes dos resultados, descrevemos os dados utilizados no trabalho e os caminhos metodológicos que trilhamos nesse estudo.

### 3. OS DADOS E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Os dados utilizados nesse trabalho são fruto da pesquisa de campo do Programa Ensino e Pesquisa em Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Raça/Cor (SRSR)<sup>4</sup>, realizada entre abril e setembro de 2002, nos municípios de Belo Horizonte e Recife. O SRSR constituiu-se em um estudo domiciliar probabilístico, com plano amostral estratificado conglomerado em três estágios<sup>5</sup>. No primeiro estágio, dos 2.547 setores de Belo Horizonte e dos 1.203 de Recife, foi feita a seleção dos 70 setores censitários a serem pesquisados em cada município, conforme o cadastro do IBGE elaborado para o Censo Demográfico 2000. No segundo estágio de seleção, em cada um dos 70 setores selecionados no primeiro estágio, foi feita uma operação de listagem dos domicílios particulares permanentes, a fim de atualizar as informações do IBGE, para que fosse efetuado o sorteio dos domicílios a serem visitados (29 em Belo Horizonte e 26 no Recife). Finalmente, em cada domicílio selecionado, foi sorteada uma mulher elegível – residente no domicílio e entre 15 e 59 anos de idade – para a entrevista, através de amostragem aleatória simples (sorteio aleatório com probabilidades iguais).

Após a expansão da amostra, as 2.408 entrevistadas se transformam em 1.400.882 mulheres, sendo 875.476 em Belo Horizonte e 525.406 no Recife. Aqui, estamos trabalhando somente com as mulheres do Recife.

Estamos analisando mais detidamente duas perguntas do questionário SRSR. A primeira é a alter-classificação, ou a classificação raça/cor da entrevistada, feita pela entrevistadora. Colocada no início do questionário como o primeiro item da caracterização da entrevistada, logo após a caracterização do domicílio, a pergunta 100 traz instruções específicas no sentido de que a pergunta não deve ser feita, haja visto que a resposta se baseia na observação da entrevistadora. Portanto, cabe à entrevistadora somente marcar a opção que mais se adequa à classificação racial/por cor da entrevistada. Para as respostas, foram usadas apenas as duas primeiras letras de cada categoria (br, pr, pa, am, in), de forma a evitar qualquer forma de identificação do tipo de pergunta por parte da entrevistada, caso ela estivesse observando o preenchimento do questionário. O fato da entrevistada conhecer a opinião da entrevistadora sobre sua cor/raça poderia influenciar na resposta dada pela entrevistada na pergunta 126, na página seguinte. O ordenamento das duas perguntas e a distância entre elas teve como objetivo, ainda, evitar que a entrevistadora ficasse sugestionada pela auto-classificação da entrevistada, assim como, nos parece, ocorreu na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde – PNDS/1996. Naquela pesquisa, a pergunta cuja resposta era a auto-classificação foi colocada imediatamente antes da pergunta na qual a entrevistadora deveria anotar a sua percepção sobre a entrevistada. Acreditamos que esse artifício tenha reduzido a inconsistência das duas formas de

---

<sup>4</sup> Para maiores detalhes sobre o Programa SRSR, vide Miranda-Ribeiro e Caetano, 2003.

<sup>5</sup> A amostragem foi feita por Pedro Luís do Nascimento Silva (ENCE/IBGE). Para maiores detalhes, vide Silva, 2003.

declaração racial/por cor naquela pesquisa (Caetano, Miranda-Ribeiro e César, 2001; Miranda-Ribeiro e Caetano, 2004). No caso do SRSR, as entrevistadoras foram treinadas para classificar as mulheres entrevistadas com base na primeira impressão e orientadas a não mudarem sua classificação, caso esta diferísse da auto-classificação posterior.

A pergunta 126, “Qual é a sua cor/raça, segundo as categorias...?”, traz como possibilidades de resposta as cinco categorias do IBGE. Nela, a entrevistada deveria se auto-classificar, logo após ter respondido as perguntas abertas “Qual é a sua cor?” e “Qual é a sua raça?”.

A análise feita no item 4, a seguir, é meramente descritiva. O item 5 apresenta uma primeira tentativa de análise multivariada, através de regressão logística binomial, onde a variável dependente é assume apenas dois valores. Aqui, a variável dependente é 1 se houver consistência entre as duas formas de classificação racial/por cor, e 0, no caso das respostas às duas perguntas serem inconsistentes (Soares e Colosimo, 1995).

#### 4. INVESTIGANDO AS CONSISTÊNCIAS E INCONSISTÊNCIAS DAS DECLARAÇÕES DE RAÇA/COR: UMA ANÁLISE DESCRITIVA

Das 525.406 mulheres de 15 a 59 anos do Recife, a Tabela 1 indica que 39% se auto-declararam brancas, 14% pretas, 41% pardas, 0,3% amarelas e 5% indígenas. Se o critério for a classificação feita pela entrevistadora, então há 25% de brancas, 21% de pretas, 51% de pardas e 3% de indígenas. Tomando como referência a alter-classificação, 81% das brancas, 40% das pretas, 53% das pardas e 24% das indígenas tiveram classificações consistentes. Portanto, a primeira impressão é de que existem inconsistências entre as duas formas de classificação.

**TABELA 1**

**Distribuição percentual das categorias de auto-classificação de raça/cor das mulheres de 15 a 59 anos, segundo as categorias de auto-classificação de raça/cor, com base nas 5 categorias do IBGE – Recife, 2002**

		Alter-classificação de raça/cor					Total	N
		Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena		
Auto-classificação de raça/cor	Branca	81.2	8.36	30.45	-	41.63	38.8	203.619
	Preta	0.6	39.76	11.18	-	3.07	14.3	75.313
	Parda	14.4	45.90	52.77	-	31.63	41.1	216.161
	Amarela	-	-	0.67	-	-	0.3	1.788
	Indígena	3.7	5.98	4.93	-	23.67	5.4	28.525
	Total	100	100	100	-	100	100	
	Total auto-classif.	24.88	21.09	51.00	-	3.02	100	525.406
N	130.722	110.787	267.991	0	15.906	525.406		

Fonte: Pesquisa SRSR, UFMG/Cedeplar, 2002.

Dada a pequena proporção de amarelas e indígenas e as especificidades da questão dos pardos e pretos no Brasil, optamos por trabalhar aqui somente com as categorias branca, preta e parda. Para

simplificar a análise descritiva e levando em conta as sugestões de Carvalho, Wood e Andrade (no prelo), as duas últimas foram agrupadas na categoria negra, apesar de concordarmos com Telles (2003) quando ele menciona a fluidez da categoria negra no Brasil.

Após a exclusão das amarelas e indígenas e a união de pardas e pretas na categoria negra, restaram 482.952 mulheres. A inconsistência entre as duas formas de declaração racial/por cor fica conforme mostra a Tabela 2, abaixo.

**TABELA 2**  
**Distribuição percentual das categorias de auto-classificação de raça/cor das mulheres de 15 a 59 anos, segundo as categorias de auto-classificação de raça/cor, com base em duas categorias – Recife, 2002**

Auto-classificação de raça/cor	Alter-classificação de raça/cor			
	Branca	Negra	Total	N
Branca	84.40	25.40	40.80	196.998
Negra	15.60	74.60	59.20	285.954
Total	100	100	100	482.952
N	125.809	357.143	482.952	

Fonte: Pesquisa SRSR, UFMG/Cedeplar, 2002.

Os resultados indicam que, entre as mulheres de 15 a 59 anos e classificadas como brancas pelas entrevistadoras, há consistência em 84% das respostas. Da mesma forma, entre as mulheres foram classificadas pelas entrevistadoras como brancas, 16% delas se auto-classificaram como negras. Admitindo que a classificação das entrevistadoras é um indicador razoável de classificação feita por terceiros, 16% daquelas que foram classificadas como brancas se consideram mais “escuras” do que a sociedade as vê. Quais seriam as razões desse “escurecimento”? Seriam essas as mulheres com piores condições socioeconômicas, em sintonia com Carvalho, Wood e Andrade (no prelo)? Ou seria a revalorização identitária, como suspeita Petrucelli (2003)?

Já entre as mulheres que foram classificadas pelas entrevistadoras como negras, 75% também se auto-classificaram como negras. Em outras palavras, há consistência entre  $\frac{3}{4}$  das mulheres percebidas como negras. Já  $\frac{1}{4}$  das mulheres que foram classificadas pelas entrevistadoras como negras se declararam brancas, ou seja, elas se vêem mais “claras” do que a sociedade as vê. Quem são essas mulheres que “se embranquecem”?

A seguir, descrevemos brevemente as quatro categorias de mulheres apresentadas acima, com base em algumas características selecionadas: as consistentemente brancas, as consistentemente negras, as que “se escurecem” e as que “se embranquecem”.

#### **4.1. As mulheres consistentemente brancas**

Quem são as 106.128 mulheres que se vêem como brancas e são vistas como brancas no Recife? Os resultados sugerem que cerca de  $\frac{3}{4}$  delas têm 9 ou mais anos de estudo, sendo que quase  $\frac{1}{3}$  delas tem escolaridade igual ou superior a 12 anos. A proporção de mulheres que nunca estudaram

é bastante reduzida – menos de 2%. Quase a metade delas (47%) tem entre 15 e 29 anos de idade e cerca de metade (51%) vive em união. Pouco mais de  $\frac{3}{4}$  tem mãe branca. Todas moram em domicílio com luz elétrica e apenas 0,2%<sup>6</sup> moram em domicílio sem banheiro. Entre as consistentemente brancas, 58% delas vivem em domicílios que têm o que chamamos aqui de infra-estrutura completa (entendida como água procedente de rede geral de distribuição, luz elétrica de rede e lixo coletado diretamente). A participação (atual ou anterior) em grupos ou organizações (grupos de mulheres, mães, jovens, igrejas, entidades filantrópicas, sindicatos, partidos, associações de bairro e outras) chega a 47%.

#### **4.2. As mulheres consistentemente negras**

As 266.273 mulheres que se vêem e são vistas como negras no Recife perfazem o maior grupo dos quatro analisados aqui. Elas têm uma escolaridade mais baixa do que as consistentemente brancas. Somente 11% têm 12 ou mais anos de estudo, contra 31% das brancas. A proporção daquelas que têm entre 1 e 4 anos de estudos é de 7% para as brancas e o triplo disso para as negras – 22%. Assim como as brancas, quase metade delas tem até 29 anos (46%) e 51% vivem em união. Cerca de  $\frac{2}{3}$  tem mãe negra. A porcentagem de mulheres consistentemente negras em domicílios com infra-estrutura completa é de 64%, superior ao de brancas. 1,5% delas vivem em domicílios sem banheiro, contra 0,2% entre as brancas. A participação (atual ou anterior) em grupos ou organizações, similar às brancas, é de 46%.

#### **4.3. As mulheres que “se escurecem”**

As mulheres que são classificadas como brancas e se classificam como pretas ou pardas somam 19.681, formando o menor dos quatro grupos. Elas têm alta escolaridade – quase  $\frac{1}{4}$  tem 12 ou mais anos de estudo, 46% têm entre 9 e 11 anos de estudo e apenas 8% têm até 4 anos de escolaridade. Talvez devido à alta escolaridade, há uma menor proporção de mulheres de 15 a 19 anos (7%), se comparada com as mulheres de classificação consistente, sejam elas brancas ou negras<sup>7</sup>. Mais uma vez, metade delas vive em união. Apesar da aparência “mais clara” – haja visto que foram classificadas pelas entrevistadoras como brancas --, 60% delas têm mãe que consideram negra.  $\frac{2}{3}$  dos domicílios em que vivem essas mulheres têm infra-estrutura completa e todos eles têm ao menos um banheiro. A porcentagem de mulheres que participa ou participou de algum grupo é bem mais baixa que as dos grupos anteriores – somente 29%.

Se escolaridade for um bom indicador de renda, é possível especular que as mulheres desse grupo têm, em média, um nível de renda mais elevado. Com isso, é possível que elas exibam mais sinais exteriores de riqueza – por exemplo, se vistam com roupas aparentemente mais caras, usem jóias e produtos de beleza, ou morem em domicílios aparentemente mais ricos, em regiões mais nobres

---

<sup>6</sup> Nesse caso, essa porcentagem corresponde a apenas uma entrevistada.

<sup>7</sup> Para afastar completamente a possibilidade do diferencial de idade e educação serem fruto de diferenças na estrutura etária, seria preciso fazer um exercício de padronização.

da cidade – e, por essa razão, acabem sendo percebidas como brancas, o que corroboraria o argumento de Carvalho, Wood e Andrade (no prelo).

Aceitar o argumento de Carvalho, Wood e Andrade não significa rejeitar o de Petruccelli (2003), segundo o qual haveria uma revitalização da identidade negra. Ambos nos parecem perfeitamente compatíveis. Teoricamente, mulheres com maior escolaridade tenderiam a ter maior informação e, quem sabe, maior consciência das questões sociais, incluindo aí as raciais. Portanto, é plausível imaginar que, apesar de parecerem brancas aos olhos das entrevistadoras, as mulheres com mais anos de estudo e que têm origem, ancestralidade e/ou identidade negras não têm problemas em assumi-las e, muito provavelmente, têm orgulho de pertencer a esse grupo.

#### **4.4. As mulheres que “se embranquecem”**

As 90.870 mulheres que são vistas como pretas ou pardas, mas se vêem como brancas, têm escolaridade mais baixa se comparadas às mulheres que “se escurecem”. Aqui, apenas 9% têm 12 ou mais anos de estudo, enquanto 5% nunca estudaram e quase  $\frac{1}{4}$  têm apenas entre 1 e 4 anos de estudo. Quase a metade do total desse grupo (48%) vive em união, a proporção de adolescentes de 15 a 19 anos é de 12% e 69% das mães dessas mulheres foram declaradas brancas. É de 69% a proporção de domicílios com infra-estrutura completa. Entre as mulheres que “se embranquecem”, 40% participam ou já participaram de grupos ou organizações.

O inverso da explicação oferecida para as mulheres que “se escurecem” se aplica ao caso das mulheres que “se embranquecem”. As mulheres que se vêem mais claras do que o mundo as vê são aquelas com escolaridade baixa e, muito provavelmente, nível socioeconômico também mais baixo. Dentro dessa linha de argumentação, as que podem se declarar mais claras são aquelas cujo fenótipo, de alguma forma, as aproxima das brancas, mas talvez não o suficiente para serem percebidas por terceiros também como brancas. Não podemos nos esquecer de que o menor nível socioeconômico dessas mulheres faz com que elas não tenham acesso a sinais exteriores de riqueza. Seguindo essa lógica, elas entenderiam o embranquecimento como uma forma de ascensão social.

A seguir, discutiremos os resultados de uma primeira análise multivariada, através de regressão logística binomial.

### **5. INVESTIGANDO AS CONSISTÊNCIAS E INCONSISTÊNCIAS DAS DECLARAÇÕES DE RAÇA/COR: UMA PRIMEIRA ANÁLISE MULTIVARIADA**

A análise multivariada tem dois modelos, cada um deles com duas etapas. A diferença entre os dois modelos é o número de categorias utilizadas para calcular a consistência – três no primeiro (branca, preta e parda) e duas no segundo (branca e negra). A categoria negra não faz parte do rol de respostas das perguntas analisadas e foi criada a partir da união das categorias preta e parda.

Na primeira etapa, foram feitas regressões univariadas<sup>8</sup>, a fim de testarmos os efeitos de cada uma das variáveis sobre a chance de ter declaração de cor consistente. Na segunda etapa, rodamos uma regressão multivariada e, dado que o número de casos não é grande, incluímos apenas as variáveis significantes dos modelos univariados.

Os dois modelos têm como variável resposta a consistência entre a auto- e alter-classificação, de forma que:

- consistência = 1 se auto-declaração igual a alter-declaração
- consistência = 0 se auto-declaração diferente de alter-declaração

A Tabela 3 apresenta a proporção de classificações consistentes e inconsistentes, segundo as duas formas de classificação: brancas, pardas e pretas; e brancas e negras. Quando trabalhamos com as três categorias, há 60% de consistência entre auto- e alter-classificação. Quando pretas e pardas são unidas na categoria negra, a proporção de consistência sobe para 77%.

**TABELA 3**  
**Distribuição percentual da classificação de raça/cor consistente, segundo as categorias de auto-classificação de raça/cor – Recife, 2002**

		Classificação de raça/cor consistente			
		Consistente	Não consistente	Total	N
Auto-classificação de raça/cor	Branca	28.5	82.2	40.8	196.998
	Preta	19.9	0.7	15.5	74.824
	Parda	51.6	17.1	43.7	211.130
	Total	100	100	100	482.952
	Total auto-classificação	60.4	39.6	100	
	Branca	28.5	82.2	40.8	196.998
	Negra	71.5	17.8	59.2	285.954
	Total	100	100	100	482.952
	Total auto-classificação	77.2	22.8	100	
	N	125.809	357.143	482.952	

Fonte: Pesquisa SRSR, UFMG/Cedeplar, 2002.

As variáveis explicativas escolhidas foram:

- idade – grupos quinquenais
- escolaridade – não estudou, 1-4 anos de estudo, 5-8 anos de estudo, 9-11 anos de estudo, 12 ou mais anos de estudo
- status marital – unida, não unida

<sup>8</sup> Por limitação de espaço, as regressões univariadas não serão apresentadas aqui.

- participação em grupos ou organizações (grupos de mulheres, mães, jovens, igrejas, entidades filantrópicas, sindicatos, partidos, associações de bairro e outras) – participa e não participa
- infra-estrutura domiciliar (água procedente de rede geral de distribuição, luz elétrica de rede e lixo coletado diretamente ) – completa, incompleta, ausente
- cor da mãe – branca, negra
- auto-declaração de cor
  - modelo 1: branca, preta, parda
  - modelo 2: branca, negra

Os resultados dos dois modelos de regressão logística são apresentados na Tabela 4, abaixo.

**TABELA 4**  
**Modelos de regressão logística: Razões de chance de consistência entre auto- e alter-declaração de raça/cor, mulheres de 15 a 59 anos, Recife, 2002**

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2
Resposta	Consistência com 3 categorias (branca, preta, parda)	Consistência com 2 categorias (branca, negra)
<b>Explicativas</b>		
<b>Idade</b>		
15 a 19 anos	referência	referência
20 a 24 anos	0.89	1.86 *
25 a 29 anos	0.98	1.92 *
30 a 34 anos	0.91	2.13 **
35 a 39 anos	1.01	2.96 ***
40 a 44 anos	1.22	1.79
45 a 49 anos	0.94	1.66
50 a 54 anos	1.16	3.54 ***
55 a 59 anos	0.32 ***	0.68
<b>Escolaridade</b>		
Não estudou	4.52 ***	3.72 **
1 a 4 anos de estudo	3.34 ***	3.56 ***
5 a 8 anos de estudo	2.91 ***	3.66 ***
9 a 11 anos de estudo	2.58 ***	2.06 ***
12 e mais anos de estudo	Referência	referência
<b>Participação social</b>		
Participa	referência	referência
Não participa	-	0.79
<b>Cor da mãe</b>		
Negra	referência	referência
Branca	-	0.93
<b>Auto-declaração de cor</b>		
Branca	referência	referência
Preta	0.63 **	-
Parda	0.48 ***	-
Negra	-	15.43 ***
Log-likelihood ratio	***	***
N = 1021		
Ponderação proporcional (amostra complexa)		

Obs.: \* significância a 10%

\*\* significância a 5%

\*\*\* significância a 1%

Fonte: Pesquisa SRSR, UFMG/Cedeplar, 2002.

## 5.1. Modelo 1

No primeiro modelo, testamos as 3 categorias do IBGE. Em outras palavras, ao comparamos auto- e alter-declaração, consideramos consistentes as declarações em que branca=branca, parda=parda e preta=preta.

Os resultados sugerem que, após controlar pelas demais variáveis, a idade da mulher não está relacionada com a chance de ter classificação consistente. A exceção é a categoria 55 a 59 anos. As mulheres desse grupo têm somente 32% da chance das mulheres de 15 a 19 anos de ter uma classificação consistente. O resultado está na direção esperada, uma vez que, por causa da maior consciência sobre as questões raciais, fato relativamente recente no Brasil, a expectativa é de que a chance de consistência seja maior entre as mais jovens.

A chance de consistência está negativamente relacionada à escolaridade da mulher e aumenta à medida que a escolaridade diminui. Para quem nunca foi à escola, a chance de consistência é 4,5 vezes a chance de quem tem 12 ou mais anos de estudo. Em outras palavras, o grupo de mulheres de maior escolaridade é aquele em que a chance de inconsistência é maior. Este resultado é compatível com a discussão feita anteriormente, no item 4.3, sobre as mulheres que “se escurecem”. Devido à sua maior escolaridade, as mulheres do grupo de referência são aquelas com maior possibilidade de exibir sinais de riqueza e, ao mesmo tempo, podem ser aquelas de maior consciência de raça/cor. Portanto, são elas as que teriam maior chance de serem vistas como “mais claras” pelas entrevistadoras, e/ou de se declararem usando como critério a ancestralidade ou a identidade, ao invés da aparência física.

Controlando pelas demais variáveis, pretas e pardas têm uma chance menor de consistência, se comparadas às brancas. Isso quer dizer que, levando-se em consideração os três grupos de raça/cor, as que se vêem como brancas têm uma chance maior de também serem vistas como brancas.

## 5.2. Modelo 2

O modelo 2 testa o sistema classificatório utilizado pelo Movimento Negro. Para tal, unimos as categorias preta e parda na categoria negra. Assim, são consistentes as declarações em que branca=branca e negra=negra.

Comparadas com as mulheres de 15 a 19 anos, as mulheres de 20 a 39 anos têm uma chance maior de terem declaração de raça/cor consistente. Uma vez que a categoria de referência é jovem e ainda não foi completamente exposta ao risco de completar sua escolaridade, é de se esperar que as mulheres mais velhas, cuja educação já atingiu patamares mais elevados, possam vir a ter maior consciência sobre os problemas sociais, entre eles os raciais. Não temos nenhuma explicação sobre a chance significativa observada para o grupo 50-54, a não ser que ele é numericamente superior aos seus vizinhos, o que pode ter algum impacto no resultado obtido aqui.

Participação social, apesar de significativa no modelo univariado, perdeu a significância quando controlada pelas demais variáveis incluídas no modelo. O mesmo ocorreu com a cor da mãe da entrevistada.

Controlando pelas demais variáveis, a chance das auto-declaradas negras terem uma classificação consistente é 14 vezes maior que a chance das brancas. No modelo 1, onde a categoria



negra estava desmembrada em pretas e pardas, os resultados foram na direção inversa, de forma que as brancas tinham maior chance de consistência. Aqui, a maior chance de consistência de declaração de raça/cor entre negras, quando comparadas com brancas, sugere que esse é um grupo que se vê preto ou pardo e é visto como tal. Portanto, o grande foco de inconsistência estaria na migração entre as categorias preta e parda, corroborando o argumento de Carvalho, Wood e Andrade (no prelo) sobre a vantagem de juntar na categoria negra os grupos de pardos e pretos.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo do trabalho foi analisar as consistências e inconsistências na classificação de raça/cor das mulheres de 15 a 59 anos em Recife, tendo como base a pesquisa SRSR, conduzida em 2002.

A análise descritiva identificou quatro grupos de mulheres: (1) as que se declaram brancas e também são classificadas pelas entrevistadoras como brancas; (2) as que se vêem pretas ou pardas e são vistas pelas entrevistadoras como pretas ou pardas; (3) as mulheres que se vêem negras, mas são vistas como brancas; e (4) as mulheres que se vêem como brancas, mas são vistas como negras. Os grupos têm características distintas e chama atenção a diferença de escolaridade entre os grupos 3 e 4. As mulheres que “se escurecem” têm escolaridade alta e as que “se embranquecem” são de escolaridade mais baixa.

A análise multivariada parte de apenas dois grupos: as mulheres com classificação consistente e as com classificação inconsistente. Assim, os grupos da análise descritiva foram unidos aos pares – 1 com 2, 3 com 4. Os resultados sugerem que status marital e infra-estrutura domiciliar não têm nenhum papel na consistência da declaração de raça/cor. A cor da mãe e a participação social em grupos ou organizações têm algum papel, que perdem a significância quando incluídas outras variáveis no modelo. Os resultados sugerem que educação tem um peso importante na consistência da declaração de raça/cor, de forma que a chance de consistência entre auto-e alter-declaração aumenta, à medida que a escolaridade se reduz. Em outras palavras, as maiores chances de consistência estão entre as mulheres de menor escolaridade. Quando comparadas às brancas, as pardas e as pretas têm menor chance de consistência mas, quando as categorias preta e parda são reunidas na categoria negra, as chances de consistência são incrivelmente maiores entre as negras. Esse resultado parece sugerir que a grande fonte de instabilidade na consistência das duas formas de classificação está entre as pardas e pretas.

Esse é um estudo preliminar e ainda há um longo caminho a ser percorrido. Um próximo passo é utilizar modelos de regressão logística multinomial, para tentar entender as diferenças entre os quatro grupos de mulheres, separadamente. Sabemos que as mulheres cuja classificação é inconsistente têm algumas características bem distintas. Sendo assim, reuni-las em uma única categoria acaba por esconder possíveis diferenças entre elas. O mesmo ocorre com aquelas consistentemente brancas e as consistentemente negras, as quais também merecem análises separadas. Além disso, pretendemos incorporar outras variáveis, sobretudo renda, para que possamos trabalhar com as questões de classe versus raça, amplamente discutidas na literatura. Finalmente, um outro passo é fazer uma comparação entre Recife e Belo Horizonte, a fim de identificarmos eventuais semelhanças e diferenças entre os dois municípios.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Caetano, A.J., Miranda-Ribeiro, P. e César, C.C. "Sterilization and Race/Ethnicity in Brazil: New Findings." Trabalho apresentado na XXIV Conference of the IUSSP – International Union for the Scientific Study of Population. Salvador, Brasil, Agosto 2001. (Mimeogr.).
- Carvalho, J.A.M., Wood, C.W. e Andrade, F.C.D. "Estimating the Stability of Census-Based Racial/Ethnic Classifications: The Case of Brazil". *Population Studies* (forthcoming).
- Guimarães, A.S.A. "Como trabalhar com 'raça' em sociologia". *Educação e Pesquisa* v.29, n. 01, p.93-108, 2003.
- Hasenbalg, C., Silva, N.V. e Lima, M. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- Miranda-Ribeiro, P. e Caetano, A.J. "O Programa SRSR". *Revista Brasileira de Estudos de População* 20 (2): 303-305, jul/dez, 2003.
- Miranda-Ribeiro, P. e Caetano, A.J. "Preta, negra ou morena? Em busca de categorias alternativas para a classificação racial/por cor". *Anais XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, MG, 20-24 de setembro, 2004.
- Petrucelli, J.L. "Cor/raça no Censo Demográfico 2000: um estudo comparativo". 2003. (Mimeogr.)
- Schwartzman, S. "Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil." *Novos Estudos Cebrap* 55: 83-96, novembro 1999.
- Silva, N.V. "Morenidade: modo de usar". In Hasenbalg, C., Silva, N.V. e Lima, M., *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999a, p.86-106.
- Silva, N.V. "Uma nota sobre 'raça social' no Brasil." In Hasenbalg, C., Silva, N.V. e Lima, M., *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999b, p.107-125.
- Silva, P.L.N. "Pesquisa sobre saúde reprodutiva, sexualidade e raça/cor: ponderação da amostra". 2003. (Mimeogr.)
- Soares, J.F., Colosimo, E.A. *Métodos estatísticos na pesquisa clínica*. Ribeirão Preto, Julho/1995. Capítulo 3. Regressão logística. p. 39-50. (Mimeogr.)
- Telles, E.E. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- Telles, E.E. e Lim, N. "Does it Matter Who Answers the Race Question? Racial Classification and Income Inequality in Brazil," *Demography* 35(4): 465-74, 1998.